



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2017**

Boletim de Monitoramento – PLE 89/2016

Programa 6 – Valorização e Capacitação do Servidor da Polícia Civil

Segurança Pública
Infraestrutura das Polícias Civil,
Ostensiva e da Defesa Civil



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 89/2016

Programa 6 – Valorização e Capacitação do Servidor da Polícia Civil

Proponentes

Talita Fernanda de Sousa Oliveira (Faculdade de Direito – UFMG – Belo Horizonte) / Ricardo Soares de Moraes (Instituição não informada) / Francisco Roque da Rocha (Instituição não informada) / Amaury Mudesto Brum (Instituição não informada) / Rodrigo Renault (Instituição não informada) / Joao Gualberto Candido (Instituição não informada) / Leonardo Silva Oliveira (Instituição não informada) / Natália Jacqueline de Almeida Magalhães (Instituição não informada) / Ana Paula de Queirós Costa (Instituição não informada) / Marcos Hanashiro e Silva (Instituição não informada) / Glauber Pinheiro de Andrade (Instituição não informada) / Fábio Henrique de Azevedo (Instituição não informada) / Danielle Cristine Santos Viana (Instituição não informada) / Magno Henrique Franco Amor (Instituição não informada) / Vanessa Aparecida Rodrigues (Instituição não informada) / Silvia Maria de Almeida Ferreira Campos (Instituição não informada) / Thiago do Nascimento Alves (Instituição não informada) / Letícia Baptista Gamboge Reis – Chefia da Polícia Civil – Belo Horizonte) / Carolina Bechelany Batista da Silva (Chefia da Polícia Civil – Belo Horizonte) / Evandro Ferreira de Assis (Chefia da Polícia Civil – Belo Horizonte) / Daiana Silva Caetano (Chefia da Polícia Civil – Belo Horizonte) / Kelly Regina de Souza Garcia (Chefia da Polícia Civil – Belo Horizonte) / Sônia Maria Gualberto (Chefia da Polícia Civil – Belo Horizonte) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí – Belo Horizonte).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. /n: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2016&n=89&t=PLE>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 89 sugeriu as seguintes alterações no Programa 6 – Valorização e Capacitação do Servidor da Polícia Civil:

- incluir nova ação, denominada “Aproveitamento dos aprovados em concurso público das carreiras de investigador de polícia e perito criminal”, com a finalidade de promover a nomeação de 1.341 investigadores de polícia e 76 peritos criminais aprovados no concurso público vigente, a fim de recompor o quadro da instituição, com prioridade para os municípios com maior índice de vulnerabilidade;
- alterar as metas financeiras da Ação 2023 – Saúde do Servidor –, nos anos de 2017 e 2018, para criação do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial, com vistas a aprimorar a assistência biopsicossocial, médica e odontológica dos servidores da Polícia Civil, por meio da adequação de infraestrutura, inclusive prevendo a reforma de imóvel e a aquisição de equipamentos.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. /n: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_documento.html?a=2016&n=89&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160008903585\[codij\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3Dtrue](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_documento.html?a=2016&n=89&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160008903585[codij]%29[txmt]%26pesqProp%3Dtrue)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- Requerimentos:
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para a nomeação de 1.341 investigadores de polícia e 76 peritos criminais e para a divulgação do cronograma dessas nomeações.
 - encaminha pedido de providências à Polícia Civil para a nomeação de 1.341 investigadores de polícia e 76 peritos criminais e a divulgação do cronograma dessas nomeações.
 - encaminha pedido de providências à Polícia Civil para a adequação da infraestrutura dessa instituição e a aquisição de equipamentos, com vistas a aprimorar a assistência biopsicossocial, médica e odontológica dos servidores.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: ____ **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=89&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160008903585\[codij\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3Dtrue](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=89&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160008903585[codij]%29[txmt]%26pesqProp%3Dtrue)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 89/2016

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/06?	Síntese da resposta
89	5.968	À Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão encaminha pedido de providências para a nomeação de 1.341 investigadores de polícia e 76 peritos criminais e para a divulgação do cronograma dessas nomeações.	Sim	A Seplag informa, com relação à carreira de Investigador de Polícia, que já foi autorizado o provimento e 1080 servidores oriundos do concurso público de 2014. Quanto à carreira de Perito Criminal, informa que foi autorizada a nomeação de 112 peritos oriundos do concurso público de 2013 para fins de reposição decorrente de aposentadorias e falecimento. Pondera, ainda, que, para que a secretaria se manifeste sobre novas nomeações para essas carreiras, é preciso que a PCMG encaminhe pleito formal à Câmara de Orçamento e Finanças.
89	5.969	À Polícia Civil encaminha pedido de providências para a nomeação de 1.341 investigadores de polícia e 76 peritos criminais e a divulgação do cronograma dessas nomeações.	Sim	A Polícia Civil informa que vem enfrentando escassez de servidores em todos os seus setores, sobretudo no de recursos humanos. Destaca que o Estado atingiu o limite prudencial referente às despesas de pessoal, o que limita a provisão de cargos aos casos de aposentadoria ou falecimento. Informa, por fim, que está empreendendo todos os esforços necessários para a convocação de excedentes dos concursos públicos e, assim que obtiver autorização, convocará esses candidatos.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/06?	Síntese da resposta
89	5.970	À Polícia Civil encaminha pedido de providências para a adequação da infraestrutura dessa instituição e a aquisição de equipamentos, com vistas a aprimorar a assistência biopsicossocial, médica e odontológica dos servidores.	Sim	A Polícia Civil informa que, em março de 2017, enviou à Seplag pedido de suplementação orçamentária para atendimento de diversas necessidades institucionais, entre as quais as intervenções prediais. Observa que o órgão sofreu impactante redução na disponibilidade de orçamento para o exercício de 2017 e que vem adotando medidas para melhorar a qualidade do seu gasto a fim de contribuir para a estabilidade orçamentária e financeira do Estado. Sugere, por fim, que os parlamentares integrantes das Comissões de Participação Popular e Segurança Pública aprovelem emendas que aportem recursos para demandas como a apresentada.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Nota: Nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informação encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providência possuem natureza distinta dos de informação. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre a política pública de [Segurança Pública](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.